

## **Elites, acção pública e infra-estruturas: a construção da moderna rede de águas e esgotos em Évora (1890-1933)**

*Maria Ana Bernardo*

### **Introdução**

O estudo do tema da construção das modernas infra-estruturas de águas e esgotos contribui para situar a experiência histórica portuguesa no quadro das mudanças operadas nas cidades oitocentistas por efeitos do crescimento populacional, da transformação das actividades económicas e das exigências dos novos estilos de vida<sup>1</sup>. Os factores e argumentos invocados para a modernização sanitária são semelhantes aos arrolados para o conjunto das alterações verificadas em meio urbano, fossem elas nos equipamentos, nos transportes ou na gestão urbanística.

Este processo de mudança foi pioneiro, e particularmente visível, nas metrópoles e grandes cidades europeias e norte-americanas. Era aí que a pressão demográfica e socio-económica mais se fazia sentir suscitando problemas só passíveis de resolução pelo recurso às novas tecnologias; e era também aí que se anteviam maiores expectativas de retorno em relação aos vultosos investimentos que as mesmas implicavam.

Nos centros de menor dimensão, a problemática da modernização urbana aferida pelos padrões das novas sociedades industriais e pelos requisitos de conforto e higiene das classes médias, embora menos premente, não era desconhecida dos responsáveis pela governação das cidades<sup>2</sup>.

---

■ MARIA ANA BERNARDO – Dep. História – Univ. de Évora/CIDHEUS-UE.

<sup>1</sup> Cf. Álvaro Ferreira da Silva, “Ideais Oitocentistas de Modernização Urbana”, in *Cidade e Metrópole Centralidades e Marginalidades*, Magda Pinheiro, Luís Baptista e Maria João Vaz org., Oeiras, Celta, 2001, pp.39-41.

<sup>2</sup> Cf. Magda Pinheiro, “As cidades no Portugal Oitocentista”, *Ler História*, n.º 20, 1990, pp. 101-105. Embora destacando o “desejo de modernização” como um processo “contagioso” que afectava outras

Circunscrevendo ao caso eborense, o processo de construção das suas modernas infra-estruturas de saneamento ilustra o que se passou num núcleo de grandeza média no contexto urbano nacional. Atendendo ao volume e crescimento da respectiva população, Évora manteve, entre 1864 e 1940, uma relativa estabilidade na hierarquia das cidades portuguesas: até 1890 situava-se no sexto lugar, em 1940 descia para o sétimo<sup>3</sup>. Para além do aspecto estritamente quantitativo, refira-se que Évora além de ser uma das dezassete capitais de distrito do continente concentrava outras importantes funções administrativas civis e militares.

A relevância do presente estudo assenta precisamente nas características do universo a que se reporta, o qual nos permite conhecer como ocorreu, numa das cidades médias portuguesas, o respectivo trajecto de modernização urbana, avaliado aqui mediante o tema da construção da moderna rede de águas e esgotos.

Cerzidas as informações que se encontravam dispersas pelos documentos coevos, ficaram perceptíveis as etapas e os protagonistas do processo.

As discussões e as deliberações relativas à implantação das infra-estruturas em causa iniciaram-se nas últimas décadas da monarquia constitucional e prosseguiram durante a primeira república e ditadura militar, sendo a obra inaugurada oficialmente em 1933. Um período de importantes mudanças políticas, que inevitavelmente condicionaram o desenrolar dos acontecimentos.

Os principais responsáveis pela promoção e condução do projecto foram os dirigentes municipais eborenses. Assim, para além da identificação socio-política dos envolvidos foi nosso intuito destacar os argumentos de legitimação das posições assumidas, as soluções preconizadas e as dificuldades que se perfilaram, bem

como estabelecer as eventuais relações entre os interesses públicos e as iniciativas e interesses privados. Houve também o propósito de avaliar a experiência eborense tendo como referência os principais tópicos do debate sobre as modalidades de intervenção dos poderes públicos para a organização das cidades no período contemporâneo.

Atendendo aos objectivos discriminados, as actas das vereações, por serem o testemunho autorizado e regular da administração municipal, afirmam-se como núcleo documental indispensável, e privilegiado, para acompanhamento sistemático do processo. Porém, como esta memória oficial valoriza sobretudo a função integradora do poder local, as tensões e conflitos que surgiam eram normalmente narrados de forma elíptica. Daí a preocupação em se completar o que ficou registado em acta com as informações difundidas pela imprensa local e também com a correspondência oficial.

A imprensa, enquanto espaço de difusão e afirmação de correntes de opinião diversificadas, e até antagónicas, dá visibilidade à dimensão pública da questão do saneamento e permite uma leitura mais complexa das posições e dos interesses em presença. A documentação epistolar permitiu que se conhecesse, do ponto de vista das relações institucionais e de tutela, a forma como o poder local e o poder central trataram o projecto das modernas infra-estruturas: as negociações, compromissos e conflitos que suscitou, ou de que apenas foi o pretexto.

### Pequenos benefícios e grandes projectos – os dois pólos de um debate

Em Maio de 1890, o engenheiro civil eborense Adriano Augusto da Silva Monteiro, na qualidade de deputado do partido regenerador eleito pelo círculo de Évora, pedia informações à direcção de obras públicas do distrito e à câmara sobre o estado do aqueduto que conduzia a água à cidade. No intuito de solucionar os problemas existentes, inquiria também o município sobre a respectiva disponibilidade financeira para, em conjunto com o governo, suportar a anuidade de um futuro empréstimo destinado à conclusão das obras do aqueduto. Adriano Monteiro justificava a diligência com o facto o velho cano estar oficialmente em obras desde 1873 mas a escassez e má qualidade da água permanecerem<sup>4</sup>.

Naquela data, os responsáveis municipais haviam contratado com o poder central a passagem da administração do aqueduto para a alçada do director de obras públicas do distrito. Embora o dito aqueduto fosse vital para abastecer a cidade de

<sup>4</sup> Cf. *Arquivo Distrital de Évora – Actas da Câmara Municipal de Évora* (de agora em diante serão usadas as abreviaturas: *A.D.E. - A.C.M.E.*), nº793, 1890 - 1891, fls. 112 - 114v. e 115v. - 117.

cidades portuguesas para além de Lisboa e do Porto, a autora destaca a falta de meios como um dos maiores obstáculos à concretização dos projectos. A emulação de experiências foi igualmente invocada por Álvaro Ferreira da Silva (*op. cit.*, p. 40) para explicar a rapidez da difusão da inovação entre as principais cidades europeias nas últimas décadas do século XIX.

<sup>3</sup> As características dos dados estatísticos disponíveis não possibilitam o apuramento exacto dos efectivos demográficos a viver nos centros urbanos e nas cidades portuguesas e a clara distinção entre população urbana e população rural, nomeadamente para o período a que se reporta este estudo (cf. António Lopes Vieira, «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 116-122). No entanto, os estudos que procuram estabelecer uma hierarquia urbana nacional situam Évora entre as primeiras cidades do país, embora destaquem a enorme distância, em termos dos respectivos volumes populacionais, entre os núcleos populacionais intermédios e as duas maiores cidades portuguesas – Porto e Lisboa (cf. Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal uma Geografia urbana*, Porto, Afrontamento, 1992, p.428; Luís Baptista e Teresa Rodrigues, «Population and urban density: Lisbon in the 19th and 20th centuries», in *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City. Lisbon 1890-1990*, Pedro Telhado Pereira e Maria Eugénia Mata ed., Kluwer Academic Publishers, London, 1996, pp.59-61; e Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «O Crescimento Urbano no Portugal Oitocentista», *População e Sociedade*, n.º 2, 1996, pp. 138-145, situa Évora entre as primeiras cidades portuguesas).

águas potáveis, era de consenso geral que só o governo tinha condições financeiras para fazer face aos custos dos trabalhos de beneficiação. Previa-se que ao fim de dez anos as obras de reconstrução do aqueduto, desde a sua origem até à entrada da cidade, estariam concluídas e este retornaria à alçada da câmara<sup>5</sup>.

Quase vinte anos passados sobre a assinatura do acordo, não só o delegado do governo se mantinha como responsável pelas hipotéticas obras, como a falta de água continuava a atormentar a cidade. Uma situação que levava a imprensa eborense a criticar os diversos poderes públicos pelo uso pouco eficaz das verbas destinadas ao aqueduto e era motivo de controvérsia política a nível local<sup>6</sup>.

O *Manuelinho d'Évora*, apoiante da candidatura do engenheiro ao parlamento, polemizava sobre o abastecimento das águas centrando o debate nas alegadas vantagens das modernas infra-estruturas: “como systema de limpeza da cidade, emquanto a sua grandeza, ou antes riqueza, não chamar o cortejo de todos os melhoramentos materiaes necessarios a um grande centro de população, somos daquelles que julgam que o melhor seria a prompta remoção de todos os resíduos orgânicos acompanhada do emprego obrigatório das fossas móveis, ou das fixas impermeáveis e inodoras para receptáculo temporários dos dejectos humanos”. O jornal fundamentava o parecer no facto de o estabelecimento de “uma rede de esgotos públicos e particulares” necessitar de “lavagens reiteradas” para as quais seria necessário “consideravel volume d'águas, de que certamente nos tempos mais próximos, não pode dispor o serviço público municipal da nossa pouco populosa cidade”. Assim, porque “não [era] opportunamente económico estabelecer desde já uma distribuição d'águas d'alimentação segundo os modernos preceitos técnicos, que regulam no exercício da engenharia hodierna”, a resolução passava pela reparação do aqueduto e aumento do número de fontes públicas espalhadas pela cidade. Tudo o que fosse além de tais soluções era motivado “pela vaidade”, e originava “melhoramentos que não correspond[iam] a immediatas necessidades dignas de satisfação”<sup>7</sup>.

Escudado em argumentos de racionalidade técnica e financeira, o periódico propunha que se aproveitassem devidamente as infra-estruturas existentes, beneficiando-as com as obras adequadas. Porque o alcance da intervenção municipal variava na razão directa da capacidade de angariação de recursos financeiros — oriundos sobretudo de impostos e taxas municipais — e Évora era uma “pouco populosa cidade”, a exiguidade das receitas tolhia projectos mais ambiciosos.

<sup>5</sup> *Noticias d'Evora*, 1904, n.ºs. 1150 - 1155, p. 1 e n.º 1161 p.1.

<sup>6</sup> Cf. *Diário do Alemtejo*, 1890, n.º 1068, p.1, n.º 1093, p.1, 1102, p.1; *Manuelinho d'Évora*, 1890, n.º 469, p.1, n.º480, p.1, n.º493 e 494, p.2, n.º 496, p.2; *Progresso do Alemtejo*, 1890, n.º 703, p.1, n.º 711, p.1.

<sup>7</sup> Cf. *Manuelinho d'Évora*, 1890, n.º 493, p.1 e 494 p.2.

As posições do *Manuelinho* pareciam ter por finalidade justificar e divulgar junto da população local a actuação do deputado Adriano Monteiro e eram consonantes com a opinião que este notável local manifestara uma década antes sobre o mesmo assunto. Na brochura então publicada, embora reconhecesse que a solução técnica mais eficaz para o problema dos esgotos era a sua canalização subterrânea, com drenagem por descargas regulares de águas, Adriano Monteiro adiantava que o município não estava em condições de empreender em simultâneo duas grandes obras e, por isso, considerava prioritárias as obras no aqueduto. Sobre os esgotos canalizados, sustentava que estes deveriam ser apenas para as águas pluviais. Para reforçar a sua posição recorria aos exemplos de Lisboa e Coimbra, cidades onde a falta de uma correnteza de águas fazia das canalizações subterrâneas de esgotos grandes focos de infecção, principalmente nos meses mais quentes.<sup>8</sup>

A agitação política que se seguiu ao Ultimato e levou à queda do ministério regenerador em Setembro de 1890, terá sido determinante para o facto de nos meses seguintes nem as actas da câmara nem a imprensa local voltarem a referir o tema das infra-estruturas de águas e esgotos.

Em 1896, na primeira reunião depois da tomada de posse, o presidente do município sublinhava a necessidade de ser elaborado um plano que desse sequência, “em boas condições técnicas e económicas, [ao] movimento progressivo de melhoramentos municipaes, inniciado ha pouco mais de 30 annos pelas vereações transactas”<sup>9</sup>. O orador acrescentava que, nos últimos 10 anos, a câmara já contraíra empréstimos superiores a 74 contos e estava a sofrer os respectivos encargos<sup>10</sup>.

Esta dinâmica empreendedora deixava na sombra o conflito que opunha o município, afecto ao partido progressista, ao novo ministério regenerador. Os registos das actas omitiram o caso e foi o *Noticias d'Évora* que publicou os documentos da polémica<sup>11</sup>. Tratava-se de apurar sobre quem recaía a responsabilidade

<sup>8</sup> Adriano Augusto da Silva Monteiro, *A Questão das Obras do Aqueducto Sertoriano d'Evora*, Évora, Typographia Eborense, 1880, p. 32.

<sup>9</sup> Esta dinâmica de melhoramentos materiais cuja génese o presidente do município fazia recuar à década de 60, coincide com a abertura do Passeio Público e todo um conjunto de projectos de intervenção camarária na cidade, entre os quais se destacou a construção do mercado municipal (informações gentilmente cedidas por Helder A. Fonseca e Rui Carreteiro, autores da comunicação “A modernização da cidade de Évora no século XIX”, *Urbanismo e Infraestruturas Urbanas*, XVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Lisboa, 20 - 21 de Novembro de 1998). Ainda relativo ao tópico dos melhoramentos materiais projectados e empreendidos na cidade, mas com particular incidência sobre as questões patrimoniais cf. Paulo Simões Rodrigues, «Giuseppe Cinatti e o restauro do Templo Romano de Évora», *Boletim A Cidade de Évora*, II Série, n.º 4, Évora, 2000, pp. 273-287.

<sup>10</sup> *A.D.E. - A.C.M.E.*, n.º 795, 1893 - 1896, fls. 189 - 192.

<sup>11</sup> Cf. *Noticias d'Evora*, 1904, n.ºs. 1150 - 1155, p. 1 e n.º 1161 p.1.

de manutenção e beneficiação do velho aqueduto. E embora alguns advogados fossem de parecer que a mesma incumbia ao governo, este manteve-se firme na decisão de não subsidiar mais as obras. Não é inverosímil interpretar esta firmeza como sendo o reflexo, à escala local, da política de saneamento orçamental e inflexão da linha fontista de promoção de obras públicas, com as quais o governo pretendia debelar a crise financeira do país.<sup>12</sup>

Quanto ao município progressista, também não lhe restava grande margem de actuação para desenvolver o programa de “progressivos melhoramentos” que parecia ser-lhe caro. Por um lado, a recente legislação administrativa apertava a tutela sobre as autoridades locais relativamente à possibilidade de estas realizarem empréstimos, por outro, Évora era uma cidade cuja “grandeza” e “riqueza” não favorecia o crescimento das receitas camarárias próprias<sup>13</sup>.

Neste contexto, ganha especial significado o público testemunho de gratidão que a vereação de 1896 dirigiu a Francisco Eduardo Barahona, presidente em fim de mandato, pelos “relevantes serviços espontaneamente prestados [...] em proveito do município”. Os ditos serviços, realizados a expensas do agraciado, consistiam em reparações no aqueduto e construção de um novo estabelecimento de lavandaria<sup>14</sup>.

Assumindo particular destaque em situações de contracção do erário público, a capacidade de movimentar recursos financeiros próprios e o exercício da benevolência eram práticas correntes na estratégia de aquisição e consolidação de notabilidade, e pedra angular no funcionamento do sistema político liberal. No caso em apreço, como o município era dirigido por uma figura grada do partido que estava na oposição ao governo, esboroava-se a solidariedade clientelar e tornava-se mais difícil o acesso às benesses distribuídas pelo centro político e mediadas pelos influentes locais. Nestas circunstâncias, o facto de Francisco Barahona possuir uma vasta fortuna pessoal permitia-lhe assegurar fidelidades, mesmo se em conjuntura política adversa<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Cf. Rui Ramos, “A Crise”, *Portugal Contemporâneo* (António Reis dir.), vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp.165 - 182.

<sup>13</sup> Para uma perspectiva mais detalhada sobre as implicações financeiras para os municípios da legislação administrativa produzida ao longo da década de 90 do século XIX, nomeadamente no que respeita ao alargamento da tutela sobre os corpos administrativos, cf. João Bonifácio Serra, “As reformas da administração local de 1872 a 1910”, *Análise Social*, vol. XXIV (103 - 104), 1988, pp. 1037-1066.

Sobre a relação entre a situação e as possibilidades das finanças municipais para a definição do papel regulador dos municípios, cf. José Álvaro Ferreira da Silva, *Crescimento urbano, regulação e oportunidades empresariais: a construção residencial em Lisboa, 1860 - 1930*, Florença, Instituto Universitário Europeu, 1997, pp.420 - 433 (tese dout. polic.).

<sup>14</sup> Cf. *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 797, 1898 - 1900, fls. 25-28.

<sup>15</sup> Sobre o papel de mediação dos influentes locais cf. entre outros, José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, n.ºs.72-

Em 1904, o *Notícias d'Évora*, porta voz dos progressistas eborenses, elogiava os esforços da administração camarária numa situação em que a receita estava completamente “adstricta a despezas impreteríveis”, e acrescentava que “invejosos ineptos” tinham impedido um cidadão de prosseguir as diligências para “abastecer a cidade de águas potáveis e de limpeza”<sup>16</sup>. O benemérito era Francisco Barahona, presidente do município de 1896 a 1905, ano em que faleceu; o resto era fruto da intriga partidária e demonstra o valor estratégico do tópico melhoramentos de águas e esgotos para a disputa política local<sup>17</sup>. De qualquer modo, por muito generosos que tivessem sido os contributos pessoais do presidente do município, não resolveram os problemas de saneamento e abastecimento de águas à cidade.

Em Agosto de 1907 ocorreu reunião camarária de particular importância. Uma comissão composta por 5 indivíduos apresentou-se na sala das sessões para transmitir oficialmente à câmara as diligências que tinha feito com vista a “acudir à temerosa crise de falta d'água, que desenha[va] uma futura catastrophe”<sup>18</sup>. Em Abril a referida comissão fora a Lisboa reunir-se com o ministro do reino e assentara a apresentação ao parlamento de um projecto de lei “destinado a resolver de vez a execução das grandes obras de abastecimento de água e saneamento da cidade”. Como entretanto tinham encerrado as Cortes, decidira-se, em conjunto com o mesmo ministério, a elaboração de uma memória descritiva que seria submetida àquela entidade. Assim sucedera e, tendo a resposta do ministro sido favorável, Adriano Monteiro, porta voz da referida comissão, acentuava que esta “desempenh[ara] uma missão patriótica e

73-74, 1982, pp. 649- 671 e Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1860 - 1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp.129-140; sobre o desempenho público dos notáveis na sociedade eborense no período da monarquia constitucional cf. nomeadamente, Helder Adegar Fonseca, “As elites económicas alentejanas, 1850 - 1870: anatomia social e empresarial”, *Análise Social*, Vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 711-748, *idem*, *O Alentejo no século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. pp.171-225 e Maria Ana Bernardo, *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX. O Circulo Eborense*, Lisboa, Cosmos, 2001, pp. 129-131; ainda sobre o caso eborense mas para o período republicano cf. Manuel Baiða, *Da 1 República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Cosmos, 2000, pp.71-111.

<sup>16</sup> *Notícias d'Evora*, 1904, n.ºs. 1232 e 1232, p.1.

<sup>17</sup> Os republicanos também não ficavam indiferentes às potencialidades políticas da questão das águas: em Dezembro de 1906, um dos mais conhecidos activistas locais, o dr. Evaristo Cutileiro, solicitava à câmara a cedência do Palácio de D. Manuel, no sentido de ali realizar “um comício que tinha como unico fim tratar da questão do abastecimento de águas potáveis à cidade.” (*A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 801, 1906-1908, fls. 2v.-5).

<sup>18</sup> A comissão era constituída por José António de Oliveira Soares, José Albino da Silveira Moreno, Miguel José de Mattos Fernandes, Augusto José Ramos e Adriano Augusto da Silva Monteiro, todos eles distintos cidadãos eborenses, adeptos do partido regenerador-liberal, e por isso mesmo com relações privilegiadas com o governo franquista.

de verdadeira salvação pública para esta cidade”; cabia agora à câmara, ouvida a assembleia dos 40 maiores contribuintes, solicitar do governo a efectivação das promessas feitas. O presidente da vereação agradeceu e adiantou que a câmara tinha toda a boa vontade em “concorrer com a sua parte”<sup>19</sup>.

As infra-estruturas de saneamento, enquanto grande projecto de modernização da cidade, chegavam a Évora pela mão do ministro João Franco.

A iniciativa partiu de indivíduos que estavam incluídos entre os 40 maiores contribuintes do concelho, participavam regularmente na vida da cidade ocupando cargos públicos e promovendo iniciativas diversas, e, quanto a afinidades políticas, haviam transitado do partido regenerador para o regenerador-liberal. Um grupo de notáveis eborenses, fazendo uso das suas capacidades de mediação junto do poder central, diligenciara para que Évora viesse a usufruir do “maior e mais civilizado benefício dos tempos modernos”.

Adriano Monteiro, pela sua formação académica de engenheiro, fortalecia a reputação de influente com um capital de saber que o tornavam autoridade reconhecida nas matérias em que a técnica é a tecnologia tinham uma palavra a dizer. Em relação a esta questão das águas e dos esgotos, haverá oportunidade de constatar tal facto já no regime republicano.

Em 1909, o *Notícias d'Évora*<sup>20</sup> elogiava a governação franquista pela sua receptividade quanto às aspirações modernizadoras acalentadas pelos eborenses mais clarividentes e transcrevia na íntegra o projecto de 1907, com intuito de incentivar os dirigentes municipais a não esmorecerem na sua prossecução. O dito projecto fazia o balanço do ponto em que a cidade se encontrava quanto a águas e esgotos, concluindo que a situação era calamitosa, e depois apresentava com todos os detalhes técnicos as soluções que se consideravam mais adequadas para o caso de Évora. Essas soluções, formuladas nos preceitos da moderna engenharia, desenvolviam-se em função dos seguintes pontos: para a água – captação das nascentes, condução e distribuição; para os esgotos – captação nos domicílios, evacuação e tratamento ulterior<sup>21</sup>.

O documento testemunha o momento de viragem na perspectiva como até então tinha sido considerada a questão do saneamento da cidade. Pela visão global e integrada, pelas soluções técnicas que propunha e pelos meios financeiros que requeria, foi este o verdadeiro arranque para implantação da moderna rede de infra-estruturas de águas e esgotos em Évora<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Cf. *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 801, 1906-1908, fls. 62v.-66.

<sup>20</sup> Este jornal, após a morte do dirigente progressista dr. Francisco Barahona, foi alterando a sua linha política até anunciar explicitamente o apoio aos regeneradores – liberais.

<sup>21</sup> *Notícias d'Évora*, 1909, n.º 2545 e segs..

<sup>22</sup> Sobre o papel das infra-estruturas nas sociedades contemporâneas cf. Teresa Barata Salgueiro, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento, pp.361-370.

As actas da câmara e os jornais dos meses seguintes não fornecem pormenores sobre o andamento dos trabalhos, mas em Julho de 1910 o tema das infra-estruturas de águas e esgotos regressou ao debate. Os dirigentes municipais aprovaram um documento que ampliava e introduzia aperfeiçoamentos técnicos ao projectado em 1907, elevava o empréstimo previsto de 194 para 300 contos e estimava a conclusão dos trabalhos em seis anos. As obras seriam adjudicadas por concurso público e, quanto à exploração dos serviços, consoante os interesses do município, ou se optava pela municipalização ou se concessionava à empresa construtora durante 30 anos.<sup>23</sup>

Como reconhecimento do “valioso serviço” prestado ao município, a vereação deliberou realizar sessão pública de agradecimento a Adriano Monteiro e aos representantes dos 40 maiores contribuintes. Interlocutores obrigatórios da câmara em assuntos financeiros, nomeadamente em matéria de empréstimos, sem parecer favorável da sua parte as instâncias de tutela não aprovavam as deliberações camarárias<sup>24</sup>.

#### A efectivação do projecto – um debate sucessivamente retomado.

Uma das primeiras deliberações da comissão administrativa que assumiu o município após o 5 de Outubro de 1910 foi criticar a actuação da última vereação monárquica em relação às infra-estruturas de saneamento, responsabilizando-a por não ter obrigado o engenheiro encarregado do estudo a respeitar o prazo acordado para a entrega do mesmo<sup>25</sup>.

Os novos dirigentes municipais pareciam empenhados em assumir o projecto de modernização das infra-estruturas de águas e esgotos. No entanto, os efeitos práticos desta tomada de posição não deixaram indícios na documentação camarária compulsada e o assunto só voltou às sessões da câmara eborense em 1912.

<sup>23</sup> Cf. *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 802, 1909 – 1910, fls. 194v.-198.

<sup>24</sup> Cf. *A.D.E. – A.C.M.E.*, n.º 802, 1908-1910, fls. 194v.-198, e n.º 803, 1910, fls. 1v.-3.

O código administrativo de 1896 previa que as câmaras deviam ouvir a assembleia dos 40 maiores contribuintes para poderem deliberar sobre a criação de impostos, realização de empréstimos ou qualquer outro aumento da despesa municipal. Na verdade, esta exigência legal, conjuntamente com outras medidas que apertavam a tutela sobre a administração local, instaurou-se com a reforma administrativa de 1892, cujas medidas foram justificadas pela necessidade de contenção do endividamento dos corpos administrativos(cf. João B. Serra, “As reformas da administração local”, *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988, pp. 1037-1066).

<sup>25</sup> Cf. *Arquivo Distrital de Évora – Actas das Sessões da Comissão Executiva* (De agora em diante usaremos a abreviatura: *A.D.E.-A.S.C.E.*), n.º 804, 1910-1911, fls. 20v. -21v..

Nessa altura já estava em exercício outra comissão administrativa e o seu presidente, lamentando a falta de iniciativa da administração anterior, apresentou um documento com as condições do novo concurso para adjudicação do estudo sobre os esgotos, “elaborado particularmente e por especial obséquio” por Adriano Monteiro.

Entretanto, ainda em 1912, em sessão de Outubro, o presidente da comissão administrativa informou que a Associação Comercial e a Associação Industrial tinham pedido a anuência da câmara para a organização de um comboio especial que transportaria a Lisboa o maior número possível de associações e de pessoas. A finalidade de cortejo era solicitar ao governo e ao parlamento “os melhoramentos necessários a que esta cidade tem direito e de que tanto carece”. A vereação concordou com o exposto e autorizou o presidente a declarar às associações promotoras que a câmara prestaria todo o auxílio.<sup>26</sup>

O povo e a rua substituíam-se às discretas comissões de notáveis, habituadas a circular nos corredores ministeriais para que Lisboa derramasse a sua generosidade sobre a província? Parecia ser essa a retórica do momento. E a província não solicitava favores, argumentava com direitos.

Em Évora, no exercício das suas atribuições, os dirigentes municipais pareciam decididos a efectivar as infra-estruturas de águas e esgotos. Porém, como os prazos do concurso lançado em 1912 voltaram a não ser respeitados, a câmara considerou legítima a rescisão e anunciou outro concurso. Confrontada com o facto de a única resposta provir de um condutor de obras públicas e não de um engenheiro, a comissão administrativa recorreu de novo a Adriano Monteiro, em busca de fundamentos para deliberar<sup>27</sup>.

Todo o encaminhamento do processo das infra-estruturas de águas e esgotos por parte das vereações republicanas suscita, para já, algumas reflexões. A questão dos melhoramentos materiais transitou da Monarquia para a República como requisito fundamental para a modernização da cidade; foi assumida pelos dirigentes republicanos como elemento integrador no alinhamento de posições e congregação de vontades, servindo mesmo de argumento na mobilização da opinião pública para pressões junto do poder central; e este efeito polarizador explicará, em certa medida, a colaboração prestada por um dos mais destacados representantes da notabilidade monárquica eborense, o engenheiro Adriano Monteiro, reconhecido e respeitado pela mais valia do seu saber técnico mesmo entre os adversários políticos.

Entretanto, a Lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913 originou alterações na administração autárquica. Não era ainda o código administrativo prometido pelos re-

<sup>26</sup> A.D.E.-A.S.C.E., n.º 805, 1911-1912, fls. 179-182.

<sup>27</sup> *Idem*, fls. 104-106v., 109-122v., 185-189; e n.º 806, 1912-1913, fls. 51-54.

publicanos, mas rescrevia substancialmente a orgânica dos municípios. Até então as equipas municipais concentravam as funções deliberativas e executivas. No início de 1914, após eleições, os corpos administrativos concelhios passaram a laborar desdobrados em senado e comissão executiva. O primeiro era constituído pelo plenário dos vereadores, tinha funções deliberativas e anualmente elegia uma comissão mais restrita, à qual ficavam cometidas funções executivas<sup>28</sup>.

Em harmonia com a nova arquitectura municipal, o senado eborense discutiu logo na sessão de Janeiro o tema da água e dos esgotos. Constatados os parcos resultados obtidos até então, mau grado os esforços desenvolvidos pelas administrações transactas, acabou por ser nomeado um grupo de trabalho para estudar o processo<sup>29</sup>.

Nos tempos que se seguiram o assunto não registou quaisquer avanços. Primeiro, o grupo de trabalho não se reunia e depois, quando finalmente se deliberou abrir novamente concurso para o estudo do projecto de esgotos, nenhum engenheiro concorreu.

No final de 1914, comprovada a ineficácia do caminho seguido, o presidente da comissão executiva avançou com a proposta de criação do lugar de engenheiro municipal. A polémica instalou-se mas, reconhecendo-se que sem um “*tecnico d’esta categoria*” não poderia a cidade progredir, decidiu-se em conformidade<sup>30</sup>.

Os primeiros meses de 1915, porém, não foram particularmente favoráveis a decisões consistentes no campo dos melhoramentos materiais. A ditadura de Pimenta de Castro levou à dissolução da vereação eborense por esta ser de maioria afecta ao partido democrático. Depois, o êxito da revolução que se opôs ao governo do general permitiu à câmara exonerada reassumir funções. Em Maio, o município regozijava-se pela “continuação dos trabalhos interrompidos por momentos em virtude de um acto da ditadura”<sup>31</sup>.

No mês seguinte já os responsáveis municipais debatiam novamente a questão do projecto de águas e esgotos. Coube a palavra a Carlos Serra, por delegação

<sup>28</sup> Para informações mais detalha sobre o enquadramento legal e o funcionamento dos corpos administrativos durante a 1.ª República cf., nomeadamente, Marcello Caetano, “A codificação Administrativa em Portugal (um século de experiência: 1836 – 1935)”, *Separata Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa, 1935, pp.66-86, César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pp.243-80 e João B. Serra, «O Estado liberal e os municípios (finais do século XIX a primeiro quartel do século XX)», in Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), *Poder Central Poder Regional Poder Local uma Perspectiva Histórica*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 99-112.

<sup>29</sup> A.D.E.-A.C.M.E., n.º 814, 1914, fls. 9v. -11v.

<sup>30</sup> *Idem*, n.º 814, 1914, fls. 133-134, e n.º 815, 1914-1916, fls. 1v. -12.

<sup>31</sup> A.D.E.-A.C.M.E., n.º 815, 1914-1916, fls. 80v. -90.

do presidente da comissão executiva, que considerava ser aquele o vereador que melhor conhecia o assunto<sup>32</sup>.

O dito vereador referiu-se ao “principal melhoramento” de que a cidade “tanto carecia”, especificando que o estudo sobre as águas estava feito mas faltava completar o dos esgotos. Propôs depois que a comissão executiva ficasse com autoridade para fazer concluir o dito estudo, com base nas condições em tempos elaboradas pelo engenheiro Adriano Monteiro. O plenário da câmara aprovou a proposta por unanimidade e deu voto de confiança à comissão executiva<sup>33</sup>.

Era a terceira tentativa de dinamização do projecto feita pelas vereações republicanas e também ela não foi bem sucedida: o concurso para adjudicação do estudo dos esgotos a técnico competente ficou novamente deserto. Confrontado com a dificuldade de promover o avanço dos trabalhos por meio de adjudicação, o senado acabou por deliberar a abertura de vaga para o preenchimento do lugar de engenheiro municipal. À falta de adjudicatários, seria um engenheiro da câmara a fazer o mencionado estudo<sup>34</sup>.

Entretanto, em Outubro de 1915 realizava-se em Évora o 1.º Congresso Municipalista Alentejano.

No relatório que apresentou ao senado sobre o congresso, Carlos Serra<sup>35</sup>, que presidira à comissão organizadora do mesmo, informou que a opção de municipalização dos serviços fora amplamente discutida e considerada a solução mais adequada para os municípios poderem alargar a sua esfera de acção, sem agravamento das contribuições e impostos. Os concelhos de Braga, de Coimbra e de Montemor-o-Novo eram apontados como exemplares do processo de municipalização no sector da iluminação, e a própria câmara de Évora anunciara que pretendia municipalizar os serviços de águas, esgotos e iluminação.

Esta manifestação de intenções quanto à organização dos serviços municipais era parte de um programa mais amplo de “desenvolvimento [...] do Alentejo”, divulgado num texto que sintetizava os votos aprovados no congresso: progresso

<sup>32</sup> Carlos Serra pertencera à da última vereação monárquica, durante a qual houvera deliberações importantes com vista à construção das modernas infra-estruturas de águas e esgotos, e fora correligionário de Adriano Monteiro nos campos regenerador e regenerador-liberal. Agora estava na comissão executiva como representante da minoria evolucionista. No caso de Évora, este percurso ilustra um dos raros de exemplos em que um indivíduo, após desempenho autárquico na monarquia, voltou a exercer o mesmo cargo na república parlamentar. Era funcionário público e pontualmente dedicou-se também à actividade docente no liceu de Évora.

<sup>33</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 815, 1914-1916, fls. 90v-96.

<sup>34</sup> *Idem*, fls. 118-120.

<sup>35</sup> Enquanto vereador da última câmara monárquica, Carlos Serra representara Évora no 2.º Congresso Municipalista Nacional, realizado no Porto em 1910. E já nessa altura o relatório que apresentou ao município demonstrava a sua convicção nas virtudes do municipalismo.

e modernização dos municípios no campo da autonomia municipal, dos impostos, das infra-estruturas viárias e ferroviárias, das actividades económicas, da difusão dos conhecimentos agrícolas e da assistência. Entre esses votos constava também a criação da Federação de Municípios Alentejanos, de onde saíria o Parlamento Provincial<sup>36</sup>.

Enquadrados pelas teses municipalizadoras e pelo voluntarismo saído do Congresso, os vereadores eborenses comprometeram-se a “não desanimar neste novo caminho traçado com a municipalização dos serviços, arrostando com todos os incomodos e dissabores para se poder elevar Évora ao grau de esplendor a que essas medidas a dev[iam] conduzir”.<sup>37</sup>

Em coerência com tal declaração, foram contratados o engenheiro Artur Rocha Schiapa Monteiro de Carvalho (major) e o condutor de minas João Neves Pinto, para completarem o projecto para canalização dos esgotos. Como o ambiente era de optimismo, previa-se que as obras poderiam ser inauguradas no ano seguinte<sup>38</sup>.

A câmara parecia decidida a avançar com o projecto de infra-estruturas de águas e esgotos e a ampliar a sua intervenção na cidade. Para isso tornava-se necessário racionalizar e actualizar os próprios serviços administrativos do município, e dotá-los de funcionários com as competências adequadas.

A componente técnica e tecnológica própria das modernas infra-estruturas urbanas exigia que as decisões em matéria de administração municipal tivessem uma sólida fundamentação naquelas áreas. A percepção mais ou menos clara do

<sup>36</sup> O Parlamento Provincial seria formado por representantes de todos os municípios federados, sendo dois por cada uma das câmaras de Beja, Portalegre, Elvas e Évora e por cada um dos municípios que tivessem serviços municipalizados; os restantes municípios seriam representados por um vereador, e todos eles eleitos pelas respectivas câmaras. Este órgão funcionaria rotativamente em cada uma das cidades capitais dos distritos alentejanos e tinha como finalidade “discutir e deliberar sobre os assuntos que interessa[vam] ao Alentejo” (cf. *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 815, 1914-1916, fls. 141-150, e *A.C.M.E. – Pastas sobre o Congresso Municipalista do Alentejo*).

A presença do notável republicano Jacinto Nunes como figura tutelar do congresso alentejano, assim como o sentido das teses aprovadas, deixam antever que esta reunião se ancorava nos ideais patentes no manifesto-programa republicano de 1891, de que o próprio Jacinto Nunes fora co-autor. No que diz respeito à administração municipal, o manifesto saído do congresso apontava como grandes princípios estruturadores a descentralização, autonomia e federação dos municípios. Como após o 5 de Outubro os republicanos nunca legislaram no sentido de efectivar tais concepções, o movimento municipalista em que o 1º Congresso Alentejano se incluía era em grande medida a expressão doutrinária das propostas de 1891 (cf. César Oliveira (dir.) *op. cit.*, 1996, p. 269-272). Para informações mais detalhadas sobre a biografia de Jacinto Nunes cf. A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-10126)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2000, p.326.

<sup>37</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 815, 1914-1916, fls. 141-145.

<sup>38</sup> *A.D.E.-A.S.C.E.*, n.º 808, 1914-1916, fls. 118-120v.

problema levou o senado a criar uma repartição de obras públicas com o competente pessoal técnico. Esta repartição ficaria com a responsabilidade de apreciar os requerimentos sobre obras particulares em relação às quais a câmara tivesse de dar parecer, e de orçar e executar todas as obras da câmara, mesmo aquelas cuja iniciativa partisse do vereador de outro pelouro. Neste sentido, tanto as grandes obras de canalização de águas e esgotos, como a própria municipalização da iluminação, dado que lhes era indispensável a orientação de um engenheiro, ficariam ligadas à repartição de obras públicas. Para tornar reais todos estes propósitos, o senado autorizou o presidente da comissão executiva a assinar a escritura de um empréstimo de 480 contos com a Caixa Geral de Depósitos (C.G.D.)<sup>39</sup>, destinado à aquisição e funcionamento da Fábrica do Gaz e às obras de canalização de águas e esgotos<sup>40</sup>.

Coerente com opção municipalizadora, o senado procurou negociar a compra das respectivas fábricas à Companhia de Iluminação a Gaz e à Companhia Eborense de Electricidade<sup>41</sup>. Caso esta última não concordasse com a venda, a vereação

<sup>39</sup> A Caixa Geral de Depósitos foi a entidade com a qual a câmara sempre tratou das operações de crédito para financiamento do projecto das modernas infra-estruturas. A concessão de empréstimos a organismos da administração pública, nomeadamente municipal, foi uma das funções desta entidade financeira, definida logo desde as suas primeiras décadas de vida (cf. Pedro Lains, "Caixa Geral de Depósitos", *Dicionário de História de Portugal, vol. VII – Suplemento* (António Barreto e Maria Filomena Mónica coord.), Porto, Figueirinhas, 1999, pp.217-218..

<sup>40</sup> *A.D.E.-A.S.C.E.*, n.º 808, 1914-1916, fls. 150-161.

<sup>41</sup> A "Fábrica do Gaz" era propriedade da Companhia de Iluminação a Gaz, empresa com sede no Porto que, em 1888, estabelecera contrato com a câmara da altura para exclusivo do fornecimento de iluminação pública da cidade. As relações entre a Companhia e o município eram difíceis, pautadas por mútuas recriminações de má prestação de serviços e atrasos nos pagamentos. Quando a acrimónia era maior, as vereações lamentavam as condições a que se viam submetidas e acentuavam a desvantagem da empresa ser apenas uma filial da companhia portuense e, portanto, estranha à cidade. Sobre os projectos municipalizadores da vereação cf. *A.D.E.-A.S.C.E.*, n.º 808, 1914-1916, fls. 141-145.

A Companhia Eborense de Electricidade foi oficialmente criada em 1905, com sede em Évora. Tratava-se de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, cujo capital se constituía mediante a emissão de acções com o valor nominal de 10\$900 réis. Os accionistas do concelho tinham preferência, mas a necessidade de angariação de capital alargou a subscrição a todo o distrito. Dado o contrato que a câmara tinha com a Companhia de Iluminação a Gaz, num primeiro momento a nova empresa apenas conseguiu concessão para fornecimento de iluminação e energia a particulares, embora tivesse contactado o município e oferecido os seus serviços em condições concorrenciais. O lançamento do projecto foi da responsabilidade de notáveis locais ligados sobretudo a interesses fundiários ao mundo dos negócios. Um dos protagonistas mais destacados de todo o processo, o grande proprietário e comerciante José António Oliveira Soares, militara primeiro no campo regenerador e depois fora simpatizante dos regeneradores-liberais. Durante a República assumiu uma posição política mais discreta, capitalizando a sua longa experiência no campo dos negócios e o facto de se manter à frente do Sindicato Agrícola Eborense, para efeitos de interlocutor inevitável sempre que as vereações republicanas se viam na necessidade de auscultar as forças económicas da cidade.

propunha-se mesmo montar uma unidade de produção de energia eléctrica, entrando em concorrência com a empresa privada.

O negócio com a primeira das empresas mencionadas efectuou-se, mas a experiência de municipalização dos serviços de iluminação acabou por falhar<sup>42</sup> ficando aberto o caminho para o entendimento com a Companhia Eborense de Electricidade. Segundo o registado em acta, a própria Companhia fez uso da sua influência junto do poder central para fosse rapidamente deferido contrato que assinara com a câmara. Em finais de 1917, a vereação declarou oficialmente extinto o seu único serviço municipalizado e a Companhia de Electricidade tomou conta de todo o activo que compunha a Fábrica do Gaz.

No mesmo período ocorreram as eleições camarárias para o triénio de 1918 – 1920. As condições políticas em que os responsáveis municipais iniciavam o mandato não eram as mais favoráveis. A câmara era de maioria democrática e, logo na tomada de posse, opôs-se aos acontecimentos de Dezembro de 1917 – que deram origem à governação de Sidónio Pais –, expressando voto de sentimento pelos portugueses "que pereceram nessa luta fratricida". Um dos mais destacados dirigentes locais do partido democrático fora eleito vereador e estava preso em Lisboa<sup>43</sup>.

Foi neste ambiente de confronto com o poder central que a comissão executiva, pela voz do respectivo presidente, reafirmou a necessidade de "se levar a efeito o grande melhoramento da canalização de águas e esgotos, tudo com a possível brevidade, [ainda que] a situação actual não [fosse] a mais propícia". O mesmo presidente informava que o engenheiro municipal estava a trabalhar para a conclusão do estudo do projecto de esgotos.

Mas a conjuntura não era, de facto, a mais favorável à prossecução de projectos relativos a melhoramentos materiais. Até Julho de 1919, quando tomou posse uma comissão administrativa constituída por "dedicados republicanos", a instabilidade foi a nota dominante na vida das vereações eborenses: reflexo, à escala local, das disputas e dos confrontos que afectavam o centro político<sup>44</sup>.

Para uma perspectiva centrada no processo de instauração das infra-estruturas de iluminação a gás e eléctrica na cidade de Évora cf. Ana Cardoso de Matos «Aspectos técnicos e empresariais do abastecimento de gás e electricidade à cidade de Évora nas primeiras décadas do século XX», *Colóquio O Século XX em Évora*, Évora, 2000.

<sup>42</sup> Surgiram acusações de que a Fábrica do Gaz era "um estado dentro de outro estado", levantaram-se dúvidas em relação ao controlo dos custos do novo serviço e, em resultado do clima de desconfiança criado, o responsável pelo pelouro de obras públicas e serviços municipalizados (Carlos Serra), e o presidente da comissão executiva, acabaram por demitir-se dos cargos que ocupavam (*A.D.E.-A.S.C.E.*, n.º 808, 1914-1916, fls.196-200, e n.º 809, 1916-1919, fls.1v.-5; 51v-58v..).

<sup>43</sup> O vereador em causa era Alberto Jordão Marques da Costa. Para outras informações este político republicano cf. A. H. de Oliveira Marques (coord.), *op. cit.*, 2000, p.176.

<sup>44</sup> Para mais detalhes sobre a sucessão de administrações municipais entre Janeiro de 1918 e Julho de 1919, cf. *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 816, 1916-1919, fls. 53v.-177v..

Ainda assim, logo no mês seguinte, o engenheiro Schiapa Monteiro apresentou oficialmente aos dirigentes do município, e à assistência “que enchia a sala das sessões”, os estudos e orçamentos da canalização de águas e esgotos. A exposição pormenorizava os aspectos técnicos do projecto, realçava a importância da sua execução para o desenvolvimento e modernização de uma cidade cheia de beleza e pergaminhos como era Évora, elogiava a comissão por lutar contra a inércia e fazia voto de confiança na sua capacidade em encontrar a solução mais adequada para o financiamento, cujo montante se estimava em 1221 contos.

Após um percurso marcado por múltiplas vicissitudes, as infra-estruturas de águas e esgotos pareciam chegar, finalmente, a um limiar que tornava possível a sua passagem de programa político, e de estudo técnico, a uma efectiva materialidade.

Era precisamente esta a mensagem de alguns periódicos locais. *A Voz Publica*, pelos evolucionistas, e o *Democracia do Sul*, pelos democráticos, procuravam fomentar uma opinião pública favorável, capaz de vencer a apatia, e mesmo resistência, que até então teria predominado na sociedade eborense em relação ao assunto.

Elogiavam o projecto apresentado, sublinhavam-lhe a indispensabilidade e urgência para que Évora se tornasse uma cidade moderna, transcreviam em detalhe os estudos que sustentavam a sua viabilidade técnica e financeira, e comentavam favoravelmente as diligências e posições dos responsáveis municipais. O modelo de gestão dos trabalhos, e posterior exploração dos serviços, sobressaía, no entanto, como um dos pontos mais delicados de todo o processo. Os artigos expunham as cautelas dos vereadores quanto ao que designavam de municipalização completa assim como a sua resistência à concessão a uma empresa, a menos que a câmara mantivesse alguma participação. Anunciavam também que os responsáveis municipais pretendiam realizar uma reunião alargada com “as forças vivas da cidade”, a fim de criarem uma “corrente que se [opusse] á indiferença dos que deveriam interessar-se por tais questões”.

Os mesmo jornais informaram depois que embora tivessem sido enviados sessenta e dois convites, à dita reunião apenas tinham ocorrido “catorze ou quinze convidados”; instados sobre o modelo mais adequado para a execução das obras, os presentes ter-se-iam pronunciado pela adjudicação a uma empresa ou companhia. A imprensa interpretou a pouca afluência à reunião como sinal de desinteresse em relação ao projecto e, em tais circunstâncias, considerou a câmara legitimada para prosseguir os trabalhos.<sup>45</sup>

O conhecimento do valor orçamentado para a obra e a percepção sobre o estado do erário municipal teriam contribuído para a ausência de uma opinião pública

<sup>45</sup> *A Voz Pública*, 1919 n.º 1230 e segs. e *Democracia do Sul*, n.º 995 e segs..

mais empenhada. Pouco antes da divulgação oficial dos trabalhos do engenheiro, os vereadores haviam nomeado uma comissão para estudar o aumento da percentagem sobre as contribuições directas do Estado. Justificavam-se com as crescentes despesas em obras urgentes, a elevação dos preços dos materiais e o aumento considerável dos salários do pessoal<sup>46</sup>. Nada de explicitamente relacionado com os trabalhos das modernas infra-estruturas, mas um exemplo claro de como as necessidades de financiamento municipal se articulavam directamente com as deliberações sobre matéria tributária. A concomitância entre os dois tópicos não era novidade nas actas das vereações eborenses, ilustrando uma das condicionantes estruturais da acção dos municípios portugueses: exiguidade de recursos face aos encargos resultantes do exercício das respectivas competências e atribuições; crescente dependência dos cofres municipais em relação aos recursos económicos dos contribuintes<sup>47</sup>.

Quanto à questão do saneamento, a câmara, na sequência da posição dos municípios, abriu concurso para adjudicação das obras. Concluído o prazo, verificou-se não haver candidatos interessados. Como a questão era prioritária – nos meses de canícula exacerbavam-se as queixas sobre a escassez e má qualidade das águas -, coube ao engenheiro municipal estabelecer as condições para que os trabalhos se fizessem por administração directa<sup>48</sup>.

No verão de 1921 ainda não eram evidentes os benefícios resultantes da realização do projecto. O jornal *Democracia do Sul*, que entretanto se fizera eco dos reconstituintes<sup>49</sup>, acusava o executivo camarário de “desleixo ou incompetência”, responsabilizando-o pela situação sanitária calamitosa, pelas frequentes interrupções no abastecimento e pela falta de águas<sup>50</sup>.

A questão do saneamento e abastecimento de águas à cidade, dado o clima da região, tinha uma incidência sazonal cujo pico decorria na estação quente tornando-se, então, argumento apeteçível nas lutas partidárias. Os artigos do jornal identificado evidenciam esse facto e deixam também perceber que, do projecto apresentado a público em 1919, ainda não se concretizara o suficiente para ser ultrapassada a endémica escassez de água que afligia a população.

<sup>46</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 816, 1916-1919, fls. 191-191v..

<sup>47</sup> Sobre as competências atribuições dos municípios e respectivas fontes de financiamento cf., nomeadamente, João Bonifácio Serra, “O Estado liberal e os municípios”, in *Poder Central, poder regional, poder local*, Luís Espinha da Silveira (coord.), Lisboa, Cosmos, 1997.

<sup>48</sup> *A.D.E.-A.S.C.E.*, n.º 810, 1920-1922, fls. 56-60.

<sup>49</sup> Para uma descrição sucinta da origem, características e percurso das várias forças políticas da 1.ª República cf., por exemplo, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal vol. XI: Portugal da Monarquia para a República* (A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, dir.), Lisboa, Presença, 1991, pp. 384-7.

<sup>50</sup> *Democracia do Sul*, 1921, n.º 1180 e segs.

Mas outros assuntos mais inadiáveis suscitaram o interesse da imprensa eborense. Tratava-se da “questão do pão”, designação impressiva e aglutinante dos múltiplos problemas que afectaram o país na sequência da Grande Guerra<sup>51</sup>. Em Évora, as vereações centraram os debates e decisões em matérias relativas ao fornecimento e qualidade dos cereais e farinhas, neutralização de manobras especulativas e estabilização dos preços. As deliberações sobre aumentos de impostos e de vencimentos dos empregados, completavam o elenco das principais preocupações camarárias. Ou seja: subsistências, inflação e desemprego, acrescidos de uma intensa conflitualidade político-partidária que, no conjunto, tornavam particularmente complexa a gestão do município eborense.

Lentamente, os trabalhos iam avançando. Em Março de 1926, os vereadores deliberavam sobre um depósito de água a construir no jardim público e apreciavam as propostas de casas especializadas na construção em cimento armado, fornecimento de bombas eléctricas e canalizações de ferro<sup>52</sup>.

Enquanto as várias administrações municipais deliberavam para tornarem efectivo um projecto que constantemente lhes escapava, um outro movimento, bastante mais discreto, ficou registado nas actas. Com especial incidência a partir de 1918, foram regularmente apresentados às sessões requerimentos de particulares, de instituições de beneficência e de algumas empresas, para canalizarem água para as respectivas casas. A câmara deferia, na condição de tudo decorrer nas condições estabelecidas para o efeito: cabiam aos requerentes todas as despesas com a canalização desde a caixa do aqueduto, e com a compra e instalação de um contador para que fosse paga a água consumida. No seu conjunto, o sentido desta dinâmica é claro: quem tinha poder económico e partilhava de um estilo de vida em que o conforto e higiene proporcionados pela água canalizada ao domicílio eram valorizados, apetrechava os respectivos espaços habitacionais; os que não podiam aceder a tal melhoramento usavam as nascentes particulares, os poços, as fontes, os lavadouros e os balneários públicos e socorriam-se dos serviços dos aguadeiros<sup>53</sup>. Esta diferenciação

<sup>51</sup> Rui Ramos, (*História de Portugal: vol. VI A Segunda Fundação* (José Mattoso dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 597-607), apresenta uma síntese em que atende aos principais contributos historiográficos sobre os problemas económicos e financeiros que afectaram a sociedade portuguesa e europeia no pós-guerra.

<sup>52</sup> A obra de construção do depósito e fornecimento da bomba eléctrica foi entregue à casa Duran, Garcia & C<sup>o</sup>, de Lisboa, e o fornecimento da canalização de ferro à casa Roberto Cudel, do Porto (A.D.E.-A.S.C.E., n.º 812, 1924-1926, fls. 107-108v.). Materiais, equipamentos e saber técnico vinham de Lisboa e Porto, sem que empresas de Évora ou de qualquer outra cidade de província se tivessem apresentado a concurso.

<sup>53</sup> Em 1943, já as modernas infra-estruturas de captação e distribuição de águas estavam em funcionamento, um relatório dos serviços municipalizados discriminava catorze locais onde, através de fontes e chafarizes, o município fornecia água grátis “à população pobre da cidade” (cf. “Serviços municipalizados da câmara municipal de Évora. Relatório da gerência de 1942”, *A Cidade de Évora*, n.º 2, 1943, pp. 69-

social no acesso à água permite esclarecer a aparente tolerância, e distanciamento, de alguns sectores da sociedade eborense face à morosidade na construção das novas infra-estruturas. Deliberando à medida que os requerimentos surgiam, as vereações satisfaziam as aspirações de alguns munícipes, procurando eliminar eventuais atritos entre estes e a câmara. Mas esta actuação casuística não era isenta de problemas: em casos extremos o executivo mandou cortar a água, alegando que os utentes se estavam servindo gratuita e ilegalmente<sup>54</sup>. E do ponto de vista técnico, o sistema era susceptível de críticas: falta de pressão das águas, longas interrupções no abastecimento, perdas do precioso líquido pelo labirinto dos canos e falta de qualidade bacteriológica<sup>55</sup>.

Pese embora a pertinência destes aspectos técnicos, o contraste entre a perseverança das sucessivas administrações em relação ao projecto de infra-estruturas e a demora na sua efectivação, sustenta a hipótese de que o que estava em jogo não era apenas, nem sobretudo, o efeito potenciador destas infra-estruturas num meio urbano estrangulado nas suas possibilidades progressivas. A força do projecto advinha das suas virtualidades simbólicas e integradoras enquanto programa político. Quer no interior das vereações – em última análise disponibilizava argumentos de legitimação para as partes em conflito –, quer entre estas e a cidade, favorecendo a aproximação entre o regime republicano e a população, ao abrigo de valores consensuais como o progresso e a modernidade.

### O projecto inaugurado e o regime novo – uma modernização legitimadora

Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, os corpos administrativos foram dissolvidos e substituídos por comissões constituídas por proposta dos governadores civis e aprovadas pelo governo<sup>56</sup>.

A primeira comissão administrativa eborense nomeada em resultado da nova situação tomou posse em Agosto. Dois meses depois decidiam contrair um empréstimo de 1500 contos para financiamento do projecto de águas e esgotos.

104. Refira-se igualmente a existência de um estudo onde se procede à inventariação sistemática e à caracterização das fontes e chafarizes existentes na cidade desde tempos mais recuados até à actualidade: Maria Madalena Guerreiro, *Chafarizes e fontes públicas da cidade de Évora*, Évora, Edição da Câmara Municipal de Évora, 1999.

<sup>54</sup> A.D.E.-A.S.C.E., n.º 811, 1922-1924, fls. 83v. -87.

<sup>55</sup> Tais aspectos foram largamente mencionados por Castro Cabrita, engenheiro do Instituto Superior Técnico, quando em 1930 iniciou a publicação do estudo sobre o abastecimento de águas à cidade de Évora, encomendado pela câmara (cf. Castro Cabrita, “Estudo do Abastecimento de Águas da cidade de Évora”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Lisboa, n.º 656, Janeiro de 1930, pp. 15-25).

<sup>56</sup> Cf. César Oliveira, *op. cit.*, 1996, p. 304.

Mas a deliberação determinante para o comprometimento das administrações municipais eborenses da ditadura militar em relação à construção das modernas infra-estruturas aconteceu cerca de um ano depois. Em Setembro de 1927, a comissão aprovou, por unanimidade, uma proposta do presidente para que se fizesse um empréstimo de 8000 contos à C.G.D.. O montante em causa destinava-se às obras de canalização de águas e esgotos, alargamento do cemitério e passeio público, construção de um novo matadouro municipal e reparação de estradas. Especificava-se, igualmente, que por conveniência das finanças municipais se levantaria primeiro só metade da importância a pedir – destinada a custear as despesas de canalização de águas e esgotos –, efectivando-se o resto em ocasião oportuna. A decisão quanto ao empréstimo de 1500 contos ficava revogada, assim como a hipótese de adjudicação a uma empresa – solução que fora também ventilada em 1927.

Em 1928 lavrou-se a escritura do empréstimo e, por sugestão do governador civil do distrito, a câmara convidou o engenheiro Castro Cabrita a assumir a direcção de todos os serviços respeitantes à canalização e abastecimento de águas à cidade. O convite significou o afastamento do engenheiro Schiapa Monteiro em relação ao projecto: a partir de então o seu nome desapareceu discretamente da documentação oficial.<sup>57</sup>

Após alguma indefinição inicial, a câmara apostava com firmeza na construção das célebres infra-estruturas e, à semelhança das administrações anteriores, conformava-se com um envolvimento directo nos trabalhos. Inédita era a amplitude do empréstimo e, por consequência, dos encargos que o município se dispunha a assumir. A concordância da tutela em relação ao processo suscita a hipótese de que se pretendia difundir e consolidar uma reputação de empenhamento do novo poder político em relação a projectos que representassem uma mais valia de progresso e modernização para o país.

Em Abril de 1929, porém, já o município se confrontava com grandes dificuldades em honrar os juros do avultado empréstimo realizado no ano anterior. As receitas calculadas com as contribuições directas e indirectas tinham ficado muito aquém do previsto mas, segundo o diagnóstico da vereação, a grande mudança em relação à data de realização do empréstimo era a extinção do imposto *ad-valorem*<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> A.D.E.-A.C.M.E., n.º 818, 1924-1927, fls. 177v.-178v., 182v.-183, e A.D.E.-A.D.E.-A.S.C.E., n.º 813, 1928-1930, fls. 16-17, 28v.-39.

<sup>58</sup> A.D.E.-A.S.C.E., n.º 813, 1928-1930, FLS. 51v. -57, e 81- 82V.

O *ad-valorem* era um imposto cobrado pelos municípios sobre os produtos que eram exportados dos respectivos concelhos, autorizado às câmaras pela lei n.º 999 de 15 de Julho de 1920. A reforma orçamental de 1928 aboliu o dito imposto com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1929. Justificou-se a medida por

Em Maio de 1929 foi nomeada nova comissão administrativa, composta apenas por militares.

Na documentação oficial ficou registado que a comissão substituída tomara a iniciativa de pedir demissão colectiva, mas não se especificaram as razões desta conduta. O facto, porém, terá sido suscitado por rumores de procedimentos menos correctos na administração das obras em curso.

A imprensa local, embora sem deslindar totalmente o que se passava, não deixou de referir o assunto. Em Março, a propósito do pedido de demissão da comissão administrativa, o *Democracia do Sul* comentava que o motivo de tal procedimento seriam as dificuldades financeiras que se avizinhavam pois a rede de esgotos não estava acabada, o abastecimento e canalização de águas continuava a ser uma hipótese e dos 4000 contos de empréstimo restavam apenas 1600. Acrescentava o periódico que não havia quem tomasse conta da administração municipal e já tinham paralisado alguns serviços camarários. Em Julho reincidia, usando um título apelativo: “*Questão palpitante – Nem águas! Nem esgotos! Nem dinheiro! – um documento elucidativo*”; com estas palavras, ficavam equacionadas as principais vertentes do problema<sup>59</sup>.

Enquanto a polémica agitava a cidade, no terreno a situação era complexa e escassos os resultados dos trabalhos. Por alturas da feira de S. João, a nova câmara admitia que a cidade seria afectada pela falta de água e deliberava que se fizessem ligações provisórias entre as nascentes e o aqueduto.

No mês seguinte ficou reproduzido em acta das sessões um relatório sobre os trabalhos de construção das infra-estruturas, elucidativo do distanciamento da administração em exercício face à anterior. Segundo esse mesmo relatório os gastos eram excessivos face ao ponto em que se encontravam as obras; não havia orçamentos seguros, o que impedia uma correcta previsão das despesas; do empréstimo inicial quase não restava dinheiro; e o projecto não tinha aprovação das competentes autoridades superiores

Embora a situação fosse grave, face à urgência em abastecer a cidade de águas e considerados os prejuízos resultantes de uma eventual paralisação das obras, a câmara optou por prosseguir os trabalhos, embora tomando as medidas adequadas

não poder continuar a “*permitir-se o desmembramento do País em regiões separadas por verdadeiras alfândegas interiores [e para] não ser prejudicada a organização fiscal do Estado nem dificultada a circulação dos produtos ou a economia geral da Nação*”.(Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no Ano de 1928, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, pp.889-894). Aparentemente, esta disposição terá criado algumas dificuldades financeiras à administração local: em Novembro de 1928 as câmaras do distrito de Évora reuniram com o governador civil para lhe transmitirem os problemas financeiros que sentiam em resultado da extinção do *ad-valorem* (A.D.E.-A.S.C.E., n.º 813, 1928-1930, Fls. 51v. - 57 e 81- 82v.).

<sup>59</sup> *Democracia do Sul*, 1929, n.º 3373 e segs..

para serem resolvidos os problemas detectados. No aspecto financeiro deliberou-se diligenciar junto da C.G.D., para serem adiadas as anuidades até se começarem a cobrar receitas das águas e dos esgotos e, sobretudo, registou-se com solenidade que não se fariam mais empréstimos para as obras e o município passaria a ser gerido “com grande economia”.<sup>60</sup>

Quanto ao apuramento de responsabilidades, a nova comissão também mandou realizar um inquérito. Mas o seu relator, embora afirmasse ter chegado a conclusões, apenas deixou em acta que elas “não deviam ser lidas em sessão pública pois baseavam-se apenas em depoimentos que podiam não traduzir a verdade, além de que não tinham sido ouvidas todas as partes interessadas”. O processo foi depois enviado ao governador civil para este tomar as necessárias providências.<sup>61</sup>

No final de 1929, em sinal de descontentamento com a falta de celeridade da sindicância ordenada pelo governador civil sobre as matérias constantes do relatório enviado, a comissão administrativa pediu demissão.

O magistrado ainda tentou formar outra equipa mas, dadas as escusas recebidas, a maioria dos vereadores demissionários aceitou regressar. Lamentavam a fractura da comissão mas entendiam que a difícil situação do governador civil, e a “excepcional condição em que se encontrava o município eborense”, exigiam a continuação dos seus serviços.<sup>62</sup>

O episódio é sintomático da centralidade do projecto das infra-estruturas no alinhamento de posições e lutas pelo poder que se verificaram entre as elites políticas eborenses da época. O nível de endividamento da câmara e o impasse em que estavam os trabalhos desencadeavam polémicas, suscitavam cumplicidades e evidenciavam conflitos que se corporizavam, e adquiriam legitimidade, tendo o projecto como referente.

Debelada a crise, os trabalhos prosseguiram. Em Maio de 1930, porém, o presidente da comissão administrativa admitia que seriam necessários mais 1500 contos. Deliberou-se contratar com a C.G.D. um novo empréstimo de 1200 contos e solicitar ao governo um subsídio de 300 contos.<sup>63</sup> Satisfeitas as pretensões do município, os trabalhos pareciam bem encaminhados e mereciam os elogios de pessoas qualificadas: um professor do Instituto Superior Técnico, após visitar Évora com um grupo de alunos, oficiou o município elogiando as suas “modelares instalações do serviço de abastecimento de águas à cidade”.<sup>64</sup> No entanto, a intensa

<sup>60</sup> A.D.E.-A.S.C.E., n.º 813, 1928-1930, fls. 102-106v.

<sup>61</sup> A.D.E.-A.S.C.E., n.º 813, 1928-1930, fls. 123-125.

<sup>62</sup> *Idem*, fls. 144-147.

<sup>63</sup> *Idem*, fls. 175v.-177v..

<sup>64</sup> A.D.E.-A.C.M.E., n.º 819, 1930-1934, fls. 37-38v..

actividade epistolar da câmara para o governo e para o governador civil do distrito ao longo de 1931, demonstra que os problemas persistiram e se terão mesmo agudizado.

Em Janeiro a vereação demandou um subsídio de 1200 contos ao governo, com a justificação de que os trabalhos não podiam ser interrompidos sem grande prejuízo para o município e este não conseguia suportar mais encargos. O argumento mais importante era, no entanto, de ordem política: tratava-se de uma circunstância “de vida ou morte para [a] Câmara, e para a actual situação em Évora [e os] inimigos [estavam] prontos a aproveitar, para satisfação dos seus designios”. Como em Maio o pedido ainda não tinha sido atendido a câmara insistiu, dirigindo-se agora ao presidente do ministério. Pretendia a inclusão de uma verba de 1100 contos no orçamento do futuro ano económico, e precisava que o pedido não era para melhoramento de luxo mas para a cidade “*entrar na vida civilizada e progressiva*”. Em Junho, numa missiva para o governador civil, os dirigentes municipais elucidavam que só para juros e amortizações o município despendia 50% das respectivas receitas; sublinhavam que a câmara eborense era das poucas a nível do país que fizera empréstimo para obra que daria rendimento e, como o governo não concedia o subsídio, solicitavam o empenho do magistrado administrativo para a autorização de mais um empréstimo de 1500 contos. A reforçar o pedido, mais uma vez a câmara aduzia argumentos políticos, aumentando a pressão sobre o poder central: “a actual situação, criada para Bem da Nação pelo movimento de 28 de Maio, encontrará em todo o concelho de Évora, especialmente na cidade que tem 18 a 20 mil habitantes, um forte apoio [se as obras] forem terminadas dentro em breve [...] e sofrerá um grande abalo se o não forem”. Os dirigentes municipais alertavam também para o facto de a cidade estar a braços com uma crise de trabalho “que lhe dava um aspecto que ela não tinha há bastantes anos”.<sup>65</sup>

<sup>65</sup> A promoção de obras públicas nos períodos de crise de trabalho foi prática corrente das vereações eborenses ao longo de todo o período compreendido neste estudo e ficou abundantemente testemunhada nas actas. No uso das competências que juridicamente lhe estavam atribuídas, e em que assumiam particular destaque os denominados *melhoramentos materiais*, as administrações municipais procuravam esvaziar bolsas de tensão social que podiam ser perigosas para o poder instituído e, ao mesmo tempo, por serem uma das entidades que no plano local procediam à distribuição dos recursos do estado, criavam alfobres de dependências e clientelas políticas. Para além de funcionar como empregadora directa e, de acordo com o previsto nas posturas municipais, intimar os munícipes a procederem a obras de beneficiação nos respectivos prédios, era frequente a câmara diligenciar no sentido de procurar que parte dos desempregados fosse usada em trabalhos promovidos pelos particulares.

No início dos anos trinta do século XX o estado assumiu um papel de destaque na dinamização de obras públicas. Com intuito explícito de resolver a falta de trabalho decorrente dos efeitos da crise de 1929 na sociedade portuguesa, o novo regime, na sua fase de afirmação, definia uma política de fomento económico e combate ao desemprego e demarcava-se do “período de «ineficácia» republicana”. Através da

Como as autoridades competentes não deliberassem conforme aos propósitos dos dirigentes municipais, no Outono de 1931 a comissão administrativa enviou pedido de demissão aos ministros das finanças e do interior. Na carta dirigida a este último sublinhavam-se “as condições especiais em que a Câmara de Évora se encontra[va] para com a cidade e para com a Situação, [dado que era] constituída na sua totalidade por Oficiais do Exército, que aceitaram [o] cargo [...] com o firme propósito de servir a Situação, que é do Exército e em quem a Nação tem postos os olhos [...]”.<sup>66</sup>

A documentação oficial compulsada não permite que se tracem os exactos contornos do processo, mas o governador civil em exercício terá intercedido junto do governo para que os demissionários permanecessem nos cargos. Na sessão de 12 de Dezembro leu-se um officio no qual o magistrado se congratulava por não aceitar o pedido de demissão e reiterava a confiança na câmara<sup>67</sup>. Quando em Fevereiro de 1932 o governo finalmente autorizou a concessão do empréstimo solicitado à C.G.D. em Junho do ano anterior, o presidente do município registou em acta que isso só fora possível pela intervenção do magistrado distrital junto do ministro das finanças, evitando-se assim a paralisação das obras de abastecimento de águas e atenuando-se a grave crise de desemprego que afectava a cidade<sup>68</sup>. No final de 1932, o assentamento das canalizações chegou a dar trabalho a uma média diária de 183 homens<sup>69</sup>.

Finalmente, em Março de 1933, o presidente da comissão administrativa informou que tinham chegado ao fim os trabalhos de assentamento da rede de distribuição de águas, estavam a ser instaladas as máquinas da central automática e seriam em breve ligados os ramais particulares, pelo que se devia proceder à “organização e montagem dos serviços administrativos correspondentes”. Nesse sentido ficou deliberado o seguinte: municipalização de todos os serviços de abastecimento de águas e esgotos; contratação do engenheiro Alberto Manso Ribeiro, formado pelo Instituto Superior Técnico, para desempenhar funções de chefe de divisão da repartição técnica da câmara, em acumulação com as de director

contribuição para o Fundo de Desemprego (decreto n.º 21699, de 1932), instaurou igualmente uma política de subsídios às autarquias que garantiu a estas a promoção de benefícios colectivos, e oferta de trabalho, à escala local. No seu conjunto, tudo isto funcionou como uma importante arma de propaganda para a consolidação do próprio regime do Estado Novo (cf. “Ministério das Obras Públicas”, “Obras Públicas” e “Políticas Orçamentais”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II (Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito dir.), Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 585-598, 677-679, 778-783).

<sup>66</sup> As várias cartas referidas encontram-se no *Arquivo da Câmara Municipal de Évora – Expediente, Processo 22, Águas, 1930-44*.

<sup>67</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 819, 1930-1934, fls. 62v.-64.

<sup>68</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 819, 1930-1934, fls. 38-42, 68-68v., 70-75, e 84v.-85.

<sup>69</sup> *Notícias d'Evora*, 1932, n.º 9548.

técnico dos serviços municipalizados, de onde resultaria poupança para o município. Depois confirmou-se o regulamento para abastecimento e consumo de águas na cidade e aprovou-se o novo regulamento dos serviços municipalizados.

Em Agosto, o balanço da situação no respeitante aos grandes projectos de infra-estruturas de água e de esgotos era o seguinte: a canalização dos esgotos estava completa; quanto ao abastecimento de águas, estava totalmente assente a rede de distribuição e feitas as ligações a fontes públicas, lavadouros e cerca de 200 casas particulares e encontravam-se em curso as restantes. Os dados mostram que a adesão inicial da população ao novo sistema de distribuição de águas canalizadas foi incipiente<sup>70</sup>. À semelhança do que ocorria noutras localidades, e em relação a outras inovações, como foi o caso da iluminação eléctrica, inicialmente os maiores clientes destes serviços eram institucionais, com particular destaque para os próprios municípios.

A percepção que a câmara eborense tinha desta situação levou-a a solicitar superiormente uma nova conversão da dívida com a C.G.D., argumentando que as receitas provenientes do serviço de distribuição de águas eram ainda muito escasas. Após autorização governamental, os empréstimos anteriores foram convertidos pelo montante de 6700 contos, com juros de 7%, durante 20 anos<sup>71</sup>. E foi igualmente, por entender que a câmara fazia a “montagem da rede de distribuição de água à custa dos mais pesados sacrifícios”, que o governo decretou a obrigatoriedade de os prédios com rendimento igual ou superior a 100\$00 passarem a dispor de água canalizada da rede pública, desde que situados na área da cidade onde já estivesse instalada a canalização; a mesma lei estabelecia ainda que o custo das obras cabia ao dono ou proprietário da casa e quem nela habitasse ficava obrigado ao pagamento de um consumo mínimo mensal de três metros cúbicos de água<sup>72</sup>.

O encargo era pesado, mas em 4 de Junho de 1933, em ambiente de apoteose legitimadora do novo regime, com a presença dos mais altos dignatários da nação, a municipalidade eborense inaugurava oficialmente as modernas infra-estruturas de águas e esgotos.

<sup>70</sup> Segundo o Censo de 1930 a população eborense residente nas freguesias urbanas era de 22056 indivíduos (cf. *Censo de População de Portugal. Dezembro de 1930*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p.90).

<sup>71</sup> *A.D.E.-A.C.M.E.*, n.º 819, 1930-1934, fls. 117-128v., 156-166.

Em 1951, num trabalho que se destinava a dar a conhecer aos municípios eborenses as propostas para novas obras mediante as quais se pretendia resolver a escassez de água que já afectava novamente a cidade, sublinhava-se que o encargo financeiro para a construção das infra-estruturas de saneamento fora tanto mais oneroso, e digno de apreço, por quanto na altura ainda não estava em vigor o regime de comparticipação dado às câmaras para obras de interesse municipal, que o Estado novo veio depois a consignar (cf. *Reforço do Caudal do Aqueduto*, Évora, Ed. da Câmara Municipal de Évora, 1951, p.16).

<sup>72</sup> Decreto-lei n.º 23697, *Diário do Governo* de 24 de Março de 1934.

Nos anos trinta, o Estado Novo interessou-se pela promoção de infra-estruturas urbanas e, para além da capital, outras localidades do país beneficiaram deste programa<sup>73</sup>. O processo eborense antecedeu ligeiramente este movimento mas evidencia sem dúvida o interesse do regime autoritário em investir numa imagem política de modernização do país pela via dos melhoramentos materiais. No caso em apreço, associando-se aos festejos inaugurais.

## Conclusão

À medida que se reconstituíram, e analisaram, as diferentes etapas da construção das infra-estruturas de saneamento em Évora, muitas das interrogações que motivaram a investigação ficaram esclarecidas. Outras, porém, só podem ser respondidas atendendo à globalidade do processo.

Entre estas, conta-se a apreciação do caso eborense no âmbito do debate sobre as modalidades de actuação das instâncias políticas e administrativas para organização das cidades, na época contemporânea<sup>74</sup>.

Até 1907, o município respondeu aos problemas e carências existentes no campo do abastecimento de águas e de limpeza das ruas beneficiando os meios instalados. Após aquela data, a câmara passou a assumir responsabilidades acrescidas neste campo. Porque estavam em causa serviços de primeira importância, cuja oferta, para ser satisfatória, não era compatível com as soluções tradicionais, a vereação decidiu-se pela construção de uma rede de águas e esgotos, baseada nos conhecimentos e tecnologias mais recentes.

Ao advogar a promoção de um melhoramento desta envergadura, a câmara de Évora integrava-se numa tendência de crescente intervenção dos poderes públicos

<sup>73</sup> Sobre a política de promoção governamental de infra-estruturas desenvolvida na década de trinta do século XX, cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos Trinta 1928-1938*, Lisboa, Estampa, 1986, pp.257-267. Em Almada, por exemplo, foi o próprio governo que em 1937 ordenou a elaboração de um projecto para abastecimento de águas ao município (cf. Jorge de Sousa Rodrigues, «Infra-estruturas e urbanização na margem sul: Almada séculos XIX e XX», *Análise Social*, Vol.XXXV (156), 2000, pp. 560-568).

<sup>74</sup> Baseado em extensa bibliografia teórica e comparativa sobre problemáticas relativas à história urbana, Álvaro Ferreira da Silva sintetizou a diversidade de experiências de intervenção pública na organização da cidade explicando, nomeadamente, quais eram os principais instrumentos de regulação administrativa dos meios urbanos vigentes ao longo de oitocentos e quais as razões para o surgimento de novas formas de intervenção dos poderes públicos, num período de afirmação do liberalismo económico (cf., do referido autor, “Modos de regulação da cidade: a mão invisível na expansão urbana”, *Penélope*, n.º 13, Lisboa, 1994, pp. 121-146 e, também, *Crescimento Urbano, Regulação e Oportunidades Empresariais: a Construção Residencial em Lisboa, 1860-1930*, 1997, Florença, Instituto Universitário Europeu, pp. 213-248 (tese de doutoramento policopiada).

nos meios urbanos, perceptível nas cidades europeias sobretudo a partir da segunda metade de Oitocentos. Alguns dos motivos subjacentes a esta actuação, que parecia contraditar a doutrina do livre jogo das forças de mercado dominante na época, foram invocados pelo município eborense: necessidade de resposta eficaz para os problemas de higiene e saúde das populações citadinas e características tecnológicas das soluções propostas, as quais exigiam investimentos em larga escala e uma coordenação global dos procedimentos<sup>75</sup>. O texto de fundamentação do projecto especificava claramente o papel que a câmara iria desempenhar: cabia-lhe estabelecer as bases para o necessário estudo técnico, definir as condições do concurso de adjudicação das obras a uma empresa e, quanto à exploração dos serviços, embora a concessão a um privado merecesse preferência, deixava-se em aberto a hipótese de municipalização, consoante o que fosse mais adequado para as populações.

Mas o projecto assim delineado deparou-se com obstáculos de vária ordem, cujo papel foi determinante para a especificidade do caso eborense relativamente à construção das modernas infra-estruturas de águas e esgotos.

Desde a fase de arranque que se tornou evidente que o desenvolvimento dos trabalhos só seria possível mediante recurso a técnicos competentes. Conscientes das implicações técnicas e tecnológicas das infra-estruturas que pretendiam instaurar, as vereações fizeram várias tentativas para, através de concurso, adjudicarem os estudos, e respectivos orçamentos, a engenheiros. O insucesso destas disposições obrigou a câmara a criar o lugar de engenheiro municipal e a organizar a correspondente repartição de obras públicas. Como o mercado da prestação de serviços no campo da engenharia parecia não conseguir responder às solicitações do município, este assegurava a continuidade do processo colocando um engenheiro a trabalhar na administração pública.

Até porque não era só o projecto de águas e esgotos que carecia de acompanhamento adequado. Quando organizou a repartição de obras públicas, a vereação eborense admitiu explicitamente que necessitava de pareceres de engenheiros para ajuizar com fundamento sobre certas questões. Sendo o mercado escasso, a opção fora contratar um destes técnicos a título permanente e criar uma secção especializada. Mediante tais decisões a câmara estabelecia as condições necessárias, do

<sup>75</sup> Álvaro Ferreira da Silva, *op. cit.*, 1994, pp. 121-146, destacou cinco grandes grupos de razões que estiveram na base de uma maior intervenção dos poderes públicos no meio urbano: “1) problemas de higiene e saúde pública que assolaram as cidades europeias, 2) a atomização das actividades empresariais em áreas sensíveis do ambiente urbano; 3) a evolução tecnológica das infra-estruturas urbanas, particularmente na segunda metade do século XIX; 4) as dificuldades financeiras dos municípios; 5) e, finalmente, a necessidade de medidas sociais dirigidas a um corpo eleitoral urbano mais alargado”.

ponto de vista burocrático e administrativo, a um acréscimo de regulação na cidade<sup>76</sup>.

Estas deliberações foram coevas do Congresso Municipalista Alentejano de 1915 e das teses em favor da municipalização ali aprovadas, pelo que, em consonância, o município avançou para a administração directa das obras relativas às infra-estruturas de águas e esgotos.

Posteriormente, o falhanço com a experiência de municipalização da iluminação tornou as vereações mais cautelosas em relação a tal orientação. Embora a corrente municipalizadora continuasse a ter adeptos, nos anos seguintes a câmara abriu sucessivos concursos para adjudicação dos trabalhos, sem que as empresas respondessem ao apelo. Se imediatamente após o Congresso Municipalista a opção municipalizadora pareceu basear-se em convicções doutrinárias, depois disso o protagonismo municipal no domínio das infra-estruturas de águas e esgotos derivou, sobretudo, de razões pragmáticas. O município eborense não se sobrepuñha, nem tolhia, a livre iniciativa, apenas desempenhava funções num campo que parecia não interessar especialmente a esta.

O facto de as infra-estruturas de saneamento exigirem vultosos capitais e apresentarem grande complexidade tecnológica, por contraponto com margens de lucro expectadas, contribui para explicar aquela situação<sup>77</sup>. Recorde-se que os investimentos foram sempre aumentando até ao momento de inauguração do projecto. Claro que devem ser descontados os efeitos da depreciação monetária motivada pela inflação, mas é nosso entender que a completa percepção quanto à dimensão dos trabalhos necessários, e a noção de todas as implicações tecnológicas, só paulatinamente foram apreendidas pelo município. Nestas circunstâncias, entende-se o aparente distanciamento dos empresários e investidores em relação às hipotéticas oportunidades de negócio relacionadas com as novas infra-estruturas.

Competiu às várias administrações municipais, mediante um esforço financeiro crescente, desenvolverem todas as diligências para Évora poder beneficiar das vantagens da rede integrada de águas e esgotos. Face à constatação da exiguidade de receitas próprias, as administrações municipais contrataram sucessivos

empréstimos. E embora não se tivessem verificado entraves decisivos à sua obtenção, a burocracia requerida, e os encargos subsequentes, converteram a questão do financiamento num tópico recorrente ao longo do processo.

Mas para além das dificuldades mencionadas, a situação política do país durante o período de concretização do projecto parece fulcral para explicar a morosidade do mesmo.

Em concomitância com os debates e os trabalhos relativos à construção das modernas infra-estruturas de águas e esgotos eborenses assistiu-se à queda da Monarquia Constitucional, à instauração da República, ao golpe militar de 28 de Maio de 1926 e à institucionalização do Estado Novo. Pelo meio, deflagrou a Grande Guerra e decorreu o episódio da participação portuguesa no conflito. Este contexto de mudança, e, por vezes, de instabilidade extrema, envolveu e afectou, inevitavelmente, o exercício do poder local. A reconstituição das principais etapas do processo disponibilizou exemplos variados sobre a forma como a turbulência político-social e os problemas orçamentais retardaram e interromperam os propósitos dos dirigentes municipais.

Dessa reconstituição ressalta, também, a obstinação das sucessivas vereações em construir as referidas infra-estruturas, argumentando com a sua pertinência mesmo nas circunstâncias mais adversas. Produziam deste modo uma imagem da cidade que, pelas suas implicações como mecanismo de legitimação da acção dos corpos administrativos, deve ser destacada.

Era ponto assente para as sucessivas vereações eborenses que administravam uma cidade cuja herança histórica e cultural a situava entre as primeiras do país e lhe assegurava posição de relevo no plano regional. A estes pergaminhos acresciam um futuro de possibilidades apenas sugeridas, mas que ainda assim asseguravam a Évora a reputação de capital do Alentejo. Quando protestavam contra desconsiderações do poder central ou pediam benefícios para o concelho, os dirigentes municipais equiparavam a urbe eborense a Coimbra e a Braga, cidades de credenciais antigas nos planos religioso e cultural. Acima deste patamar ficavam apenas o Porto e Lisboa.

Tratava-se de uma hierarquização simbólica que, a um tempo, engrandecia o município e quem desempenhava os cargos públicos ligados à administração do mesmo. Os eborenses responsáveis pelo desencadear do processo que levou à construção das infra-estruturas de saneamento, consideravam que, “*pelos suas passadas glórias*” Évora merecia uma tal inovação<sup>78</sup>. O grandioso passado da cidade, imagem a que os dirigentes camarários recorriam com frequência, ficava dignamente assegurado mediante conversão às vantagens da moderna engenharia.

<sup>78</sup> *Noticias d'Evora*, 1909, n.º 2545 e segs..

<sup>76</sup> Salvaguardado o facto de Lisboa ter dimensões únicas na estrutura urbana portuguesa, e por isso os problemas se colocarem numa escala diferente, também nesta cidade foram sobretudo as inovações no domínio das infra-estruturas de águas e esgotos e dos transportes – aspecto este que não foi equacionado para o caso de Évora – que suscitaram uma presença cada vez mais marcante dos serviços técnicos na administração municipal (cf. Álvaro Ferreira da Silva, *op. cit.*, 1997, pp. 325-349).

<sup>77</sup> Quando em Lisboa se instalou a rede de abastecimento de águas, houve sempre interesse empresarial pelos concursos lançados. Mas aí os investidores podiam retirar todas as vantagens das economias de escala, dado o volume de consumidores previsto (cf. Álvaro Ferreira da Silva, *op. cit.*, 1997, p. 232 e 238-241).

Por um lado, uma argumentação quase matricial exaltava os benefícios decorrentes da construção das novas infra-estruturas de águas e esgotos como meio de resgate dos pergaminhos históricos da cidade e manutenção do seu prestígio; por outro, a câmara tornava-se o fulcro de uma dinâmica que acentuava o protagonismo da própria instituição, e dos seus dirigentes, na vida da cidade. Elevado a «paradigma de modernidade», o projecto evidenciava uma plasticidade, e uma eficácia legitimadora, que o tornavam receptivo aos discursos de apropriação levados a cabo em diferentes contextos político-institucionais.